

CPI - LIXÕES

02.06.2026

* * *

- Abre a reunião o Sr. Carlão Pignatari.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSD - Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída no Ato nº 190, de 2025, com a finalidade de investigar, mapear e aferir situações de lixões espalhados no estado de São Paulo. Registro com muito prazer a presença dos membros: deputado Marcolino, deputado Enio Tatto, deputado Delegado Olim, deputado Thiago Auricchio.

Bom, no item nº 1 da pauta, nós temos dois requerimentos, é isso, né, Mariana? Dois requerimentos do deputado Thiago Auricchio, que eu vou colocar em votação, em discussão primeiro, né? Isso.

Requer nos termos legais que seja encaminhado ofício à Exma. Sra. Natália Resende, secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, e ao Exmo. Sr. Thomaz Miazaki de Toledo, diretor-presidente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, solicitando o envio a esta Comissão Parlamentar de Inquérito dos Lixões no prazo máximo de 15 dias, das seguintes informações e documentos atualizados no recorte específico em todo o estado de São Paulo, nossa 645, mapa georreferenciado completo e atualizado de todos os lixões ativos, aterros controlados inadequados e pontos de descarte irregular de resíduos sólidos, incluindo clandestinos e denunciados, relação de autuações, multas aplicadas e processos administrativos contra os municípios, empresas e responsáveis pelos lixões no estado de São Paulo nos últimos cinco anos, com valores e status das cobranças.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item nº 2, do deputado Luiz Claudio Marcolino - Requer a Sra. Natália Resende, secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do estado de São Paulo a

prestação de informações detalhadas e atualizadas referentes à gestão de resíduos sólidos no estado de São Paulo, envio de dados e diagnósticos sobre a destinação dos resíduos pelos municípios e o estágio do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, relatório de fiscalização, regulação, aplicação de penalidades e convênios, informações detalhadas sobre a atuação, contratos, aterros e planos de expansão da Sabesp, dados logísticos e ambientais sobre a destinação final de resíduos no litoral paulista, panorama de implementação, projetos e incentivo do Programa Estadual de Biometano, bem como posicionamento técnico e diretrizes legais, estudo do impacto socioeconômico e estado de licenciamento de projetos que contrapõem a incineração de resíduos sólidos urbanos à reciclagem e a inclusão das cooperativas de catadores.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Primeiro, agradecer a presença de todos, agradecer muito aqui ao coronel Navarro, comandante da Polícia Militar e Ambiental do Estado de São Paulo, que ele veio para falar um pouco para nós a atuação da Polícia Ambiental e também os problemas corriqueiros que a Polícia Ambiental acha nos aterros e nos lixões em todo o estado de São Paulo. Coronel, o senhor está com a palavra, o senhor pode fazer a explicação. Agradeço muito a sua presença aqui.

O SR. LEANDRO CARLOS NAVARRO - Bem, nobre presidente, é um prazer estar aqui, deputado Carlão Pignatari, em nome de quem eu cumprimento a todos os deputados aqui presentes e membros desta comissão. Senhoras e senhores, sou o coronel Leandro Carlos Navarro, coronel da Polícia Militar, 36 anos de serviço na Polícia Militar e comando hoje, já faz quase dois anos e meio, a Polícia Militar Ambiental aqui do nosso estado.

Primeiramente, acho que é necessário a gente fazer uma consideração de competências. A questão de competências com relação a aterro sanitário e toda essa gestão, principalmente de limpeza urbana e a questão dos resíduos, ela é compartimentada entre estado, União, mas também, e principalmente, com relação aos municípios, que têm toda a gestão, desde a coleta, do transporte desse resíduo e da destinação. Com relação ao local de destinação, a Cetesb é o órgão aqui do estado que emite a licença de operação para essas instalações.

Então, com relação à fiscalização desses locais, ela é bem compartimentada, técnica e exige, inclusive, muita capacitação, porque são feitas coletas, que são feitas análises em laboratórios, e a Polícia Militar Ambiental atua nesse cenário de forma complementar e de apoio a esses órgãos que têm essas competências primárias com relação a resíduos, principalmente resíduos sólidos, que é um problema realmente complicado, complexo, mas que eu tenho a convicção, e isso por todo o arcabouço e o ordenamento jurídico que nós temos no estado de São Paulo hoje, comissões, comitês e toda uma legislação, a política estadual de resíduos sólidos, que ela veio em 2006, traçando toda essa questão de competências, de regramento, de gestão dessa questão, e que veio inclusive em 2006, ela veio quatro anos antes da Política Nacional de Meio Ambiente, então é um sinal de que o estado de São Paulo sempre se preocupou e está, com toda certeza, à frente nessa questão de resíduos sólidos.

A Cetesb produz anualmente o relatório, o inventário, de resíduos sólidos. E a gente tem hoje, no último relatório que foi editado pela Cetesb, nós temos no estado de São Paulo que 98,8 dos resíduos têm destinação correta, destinação legal, e os municípios têm o seu papel nessa questão também. Então, quando a gente recebe uma denúncia, e o “190” é o canal de atendimento da Polícia Militar, e desde 2024 também nós implementamos, a Polícia Militar implementou, o Copom ambiental.

Ou seja, todas aquelas ocorrências que chegam, que têm a natureza ambiental, elas são direcionadas ao Copom ambiental, que vão ser tratadas essas ocorrências. Muitas delas não são questões de flagrante delito, porque demandam análises, estudos, geopolicamento, que a gente faz análise de imagens, para a gente detectar realmente se é uma questão de infração ou não, antes de despachar a patrulha. E, quando despachar a patrulha, ela já vai com todas as informações para ela poder adotar as providências de fiscalização em campo.

Com relação à questão específica do resíduo, a gente atua quando? Quando há uma degradação com relação a desmatamento, e com relação àquele depósito de resíduo clandestino em local especialmente protegido, próximo de uma unidade de conservação, em uma área de preservação permanente, aí sim a Polícia Militar Ambiental tem competência para fazer essas autuações. Com relação a desmatamento e ocupação, intervenção em áreas protegidas. Com relação à atividade do resíduo, ela é específica, a competência é específica, pela Cetesb e pelos municípios.

E um problema que eu vejo, principalmente, é com relação ao transporte. Os caçambeiros pegam esse material e, muitas vezes, por questões econômicas, acabam

despejando em locais inadequados ou clandestinos, vias públicas ou perto de terrenos devolutos que a gente percebe. É uma ocorrência de difícil detecção do flagrante, porque ela é muito rápida.

Não há crime no transporte desse material, o crime só se caracteriza quando há o depósito, ou seja, quando ele está caçambando esse material no local, aí sim tem a situação de flagrante de delito, mas que é muito difícil, porque é feito geralmente na madrugada, em locais ermos, e a gente tem esse problema, realmente, de detectar essa situação de flagrante.

E qualquer policial militar se deparando com essa situação de flagrante, ele pode autuar, ele pode autuar, fazer a prisão desse indivíduo, e aí sim chamar a Polícia Militar Ambiental, os órgãos, prefeitura, para fazer a fiscalização, inclusive, do transporte, que é competência do município, saber se aquela empresa está realmente cadastrada, se aquela empresa tem autorização para fazer o transporte de resíduos, e aí gera as autuações devidas.

Então o nosso papel é complementar, a gente atua na situação de flagrante, que é uma situação difícil de detectar, quando o cidadão liga para o “190” e cai na cabine do Copom Ambiental, a gente faz uma triagem dessa solicitação, e, via de regra, esse depósito já aconteceu, ele não está em uma situação de flagrante. Então a competência para fazer a limpeza, a gestão desse local, ela passa especificamente para o município.

Com relação aos aterros legalizados, licenciados pela Cetesb, a gente age supletivamente em apoio à Cetesb, ou algum órgão, até o Ministério Público, numa situação que se detecta uma ação de polícia. Só para a fiscalização desses locais, a competência é realmente única e exclusiva da Cetesb.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSD - Obrigado, coronel. Então, nem quando há poda de árvores, aterro de galhos, não é a Polícia Ambiental que faz a fiscalização se está correta ou não?

O SR. LEANDRO CARLOS NAVARRO - A questão de limpeza urbana, de zeladoria, ela é, até constitucionalmente, do município, e é feita ou diretamente ou por contratos...

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSD - Mas a fiscalização não é feita pela Polícia Ambiental, só se for criminal.

O SR. LEANDRO CARLOS NAVARRO - Autoridade municipal.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSD - Pois não, deputado.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Saudar o coronel pela participação aqui na nossa CPI. O senhor comentou que, no caso de resíduos sólidos hoje no Estado, 99%, a partir do relatório que tem da Cetesb, desse inventário, 99% têm destinação certa. Só que quando a gente olha o caso, por exemplo, pelo estado de São Paulo, o levantamento que temos pela cidade, mas não é diferente do estado.

A cidade de São Paulo só recicla de 2% a 7% de toda a produção de resíduos na cidade de São Paulo. Como é que consegue ter 99%...? Preciso depois que pudesse encaminhar para a CPI esse relatório, porque acho que há até uma contradição, se pensar em... O dado que a Prefeitura de São Paulo tem, de 20 toneladas de resíduos produzidos por dia na cidade de São Paulo, apenas de 2% a 7% é reciclado. A gente queria ter essa informação, porque o senhor colocou que 99% hoje do material produzido é de resíduos sólidos e tem destinação correta.

Então, acho que a informação não bate. Se pudesse mandar para a gente esse relatório, acho que já ajudaria para a CPI poder formar uma opinião.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSD - Certo, deputado Marcolino. O que eu entendo é que é diferente, porque a coleta seletiva que existe não entra nesse...

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Não, é tratado como “resíduos - total”. Ah, é? Esse aqui é resíduos total. Então, porque você tem a parte de material de reciclagem que tem a destinação nas cooperativas, você tem a parte do resíduo sólido.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSD - Hoje vai estar na CPI, vai estar o presidente da Cetesb aqui. Eu acho que hoje, às 11 horas, seria pertinente a gente fazer esse tipo de... É conjunta, não é?

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - E como nós temos esse relatório que é para 99%, o importante é que a CPI tenha em mãos esse relatório para a

gente poder checar a informação. Não é nem contradizendo a informação do coronel, mas para a gente poder ter na CPI para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSD - Informação correta.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Outra dúvida, que aí foge um pouco da questão da CPI, que nós estamos acompanhando na parte da Zona Sul de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSD - Desculpe, eu não entendi.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Então, hoje, na Zona Sul de São Paulo, está tendo um processo de remoção. E, praticamente, essas remoções acontecem em vários lugares. Está sendo feito pelo processo da Ambiental.

E o que está acontecendo, principalmente na região do Jaceguava, na região próxima da Billings, do Guarapiranga? Está tendo um processo de demolição de casas. Essas casas são demolidas, o próprio resíduo, inclusive, fica no próprio local da demolição.

E a preocupação, qual é? O que as pessoas têm nos colocado? Que as pessoas comprem o terreno, começam a fazer a construção, só depois de a casa estar construída é que a Ambiental vai lá fazer um processo de demolição daquelas casas. Demolição das casas, quebra de blocos, inclusive, de lugares que o pessoal ainda vai fazer a construção.

Nós sabemos que é uma área de preservação ambiental e nós defendemos que o ambiente tem que ser preservado. O problema é que essas demolições acontecem depois de dois, três anos. O pessoal espera construir, espera estarem assentadas as famílias, para depois a Ambiental fazer um processo de demolição.

Como é que é feito esse processo pela Ambiental? Não tem um processo de monitoramento, processo de acompanhamento, porque se é uma área de preservação ambiental, tem um problema com os grileiros. Então, a gente tem que ter uma ação direta aos grileiros.

O problema é que a ação acontece depois das pessoas, depois de dois, três anos que compraram o terreno, construíram, aí a demolição é dessa pessoa que, ali, o pouco

recurso que tem, comprou nesse resíduo. E, a partir daí, também, quando há esse processo de demolição, o entulho, inclusive, que é um resíduo sólido, fica no próprio local do meio ambiente, a qual, em tese, se diz que vai proteger. Então, gostaria...

Eu sei que o debate que está é em relação à CPI dos lixões, mas tem esse impacto também que acaba acontecendo também nesse local. A gente queria ver como é que a Ambiental tem trabalhado em relação a esse ponto. E aí, voltando de novo, eu acho que o ataque, a ação da Ambiental tem que ser em relação aos grileiros ali da zona sul de São Paulo.

O SR. LEANDRO CARLOS NAVARRO - Posso responder, presidente?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSD - Pois não.

O SR. LEANDRO CARLOS NAVARRO - Obrigado, deputado, pela pergunta. É importante para a gente poder, realmente, colocar à luz desse problema. Mas a primeira pergunta, o dado que eu trouxe aqui, 98,8, está no inventário de resíduos sólidos da Cetesb, que é o órgão que produz cientificamente, inclusive, todas as informações, e vai estar aqui para poder fazer os esclarecimentos. Isso está disponível, inclusive, na página da Cetesb. É um documento público.

Com relação à Operação Integrada de Defesa das Águas, que é uma operação que já acontece desde 2012, 2013, ela tem um objetivo, principalmente, com relação a garantir os recursos hídricos que são fundamentais para a nossa sociedade, para a nossa sobrevivência. Ela foca especificamente as áreas periféricas, principalmente nas que estão elencadas na legislação, como áreas de proteção ambiental, áreas de mananciais. Ela foca exatamente nessa questão.

A operação, ela é integrada, ela não é da Polícia Militar Ambiental, ela é integrada e encampada pela Prefeitura de São Paulo e outras prefeituras também na Região Metropolitana. Ela tem a participação do Creci, por conta, realmente, da gente verificar a venda regular ou irregular desses loteamentos, desses lotes. E ela não é feita... É feito um estudo, antes de qualquer tipo de ação.

A Polícia Militar não atua e não faz a desocupação de nenhuma família, de nenhuma habitação que esteja com família, que esteja sendo habitada. Ela só é realizada em edificações em que não tem habitação, em que não tem ninguém morando. Então, esse cuidado, essa questão, ela está muito bem dimensionada. Nós temos, inclusive,

regimentos internos que nos proíbem de atuar em questões que têm... Em edificações que tenham famílias habitando.

A gente só faz a demolição se estiver em local irregular, que não pode ter aquela habitação e, quando constatado, realmente, isso, por fotos, por questão de inteligência policial, que não tem ninguém habitando naquela residência. Nós não tiramos nenhuma família de residência. O instrumento para tirar uma família de um local que já está sendo habitado e tudo mais é através do Poder Judiciário. Isso está muito consolidado dentro da Polícia Militar.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Então, Sr. Presidente, eu posso só mostrar aqui um vídeo de sexta-feira? Com licença.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSD - Pode.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSD - É que a parte, eu entendo que a parte fiscalizatória tem que ser do município, em todo lugar, não tem como, mesmo que tenha um crime ambiental, mas é o município que tem que tomar a primeira atitude, infelizmente, e acaba invadindo, até a hora que for ver, o cara... Já está consolidada a construção.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - É que esse processo não é só ali, está acontecendo em vários lugares, e qual é a (Inaudível.) que eu estou colocando? Que está sendo feito por um processo administrativo, não é por processo judicial, que a gente acompanha várias remoções, e, quando é por processo judicial, você acaba retirando o conjunto das famílias que estão lá.

O que está acontecendo nessa região da zona sul é um processo em que você remove, de forma administrativa, com informação de que é área de preservação ambiental. A preocupação é assim: o pessoal está morando lá há três, cinco, alguns há

dez anos naquele local, e só agora que foi percebido que ali é área de preservação ambiental.

De novo, estou reforçando aqui, o papel, o caminho que deveria ser feito é atuar em relação aos grileiros, que todo mundo passa na região e vê que tem lá placas de venda de terreno, abrindo condomínios inteiros.

Quer dizer, se você não atua na prevenção, depois que a pessoa construiu, três, cinco, dez anos que a pessoa está morando no local, que fala que ali é uma área de preservação ambiental e vai lá e derruba a casa das famílias. Essa é a preocupação que nós estamos colocando aqui, então, só para ter informação. Então, o nosso ataque aqui tinha que ser uma ação de coibir os grileiros de atuar naquela região.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSD - Boa, deputado Marcolino. Deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Bom dia a todos. Cumprimentar o presidente, cumprimentar todos os deputados aqui, o coronel Leandro Carlos Navarro. Só um detalhe em cima disso que o Marcolino colocou, o que aconteceu lá na Estrada do Jaceguava esse fim de semana. Minha empregada está naquela ocupação, infelizmente. E esse fim de semana eu fiz atividades, coincidentemente, só em área de proteção ambiental. Comecei em Juquitiba, São Lourenço da Serra, depois fui para o Grajaú e fiquei sabendo dessa desocupação, desocupação não, derrubada de casa lá da Estrada do Jaceguava.

Não é da forma que V. Exa. colocou, tá? Foram mais de 20, 30 casas de uma ocupação que está lá há mais de 10 anos, virou uma cidade aquilo, né. E o que aconteceu lá acontece, é rotina, em toda aquela região do Guarapiranga, onde eu moro há 50 anos, pois bem, conheço muito bem.

Pessoas que construíram suas casas, muitos compraram o lote, não sabem de onde vem, é a oportunidade de adquirir um lote, de construir sua casa. Pegaram o seu Fundo de Garantia, pegaram a sua indenização e compraram, e ficaram lá, construíram casa, já tem o primeiro andar, aí casa o filho, constrói o segundo andar e assim por diante. É a vida, é a rotina da nossa sociedade, de quem mora na periferia nesses locais.

Só para você ter uma ideia, teve um senhor lá, que tem 80 anos, mora sozinho, comprou um terreno lá por 80 mil reais, está pagando, faltam muitas prestações,

construiu o seu cômodo lá para morar e foram lá e derrubaram todos. Com um detalhe, derrubaram com o que tinha dentro de casa, tá?

Isso aconteceu no Vargem Grande também, que o senhor deve conhecer muito bem, que eu acompanhei e acompanho aquela ocupação, parte da ocupação, uma parte é regularizada e outra que é ocupação. Então a verdade, o dia a dia, não é isso. E naquela região a ocupação está desenfreada.

E eu queria falar para vocês que uma coisa é a ocupação, quando os movimentos sociais organizam o povo e fazem uma ocupação, normalmente em locais improdutivos. O que está acontecendo hoje é mais grave, quem está fazendo as ocupações de formas irregulares é o crime organizado, tá?

Não tem mais praticamente movimentos sociais organizados como a gente participou muitas vezes para conseguir moradia. Tudo ali é criminoso e sem controle, né? Então aconteceu isso, esse senhor de 80 anos, só para você ter uma ideia, quando a polícia saiu, imediatamente os moradores se reuniram e falaram: “Vamos fazer uma vaquinha, vamos comprar o material e vamos construir o cômodo dele.”

Só para você ter uma ideia, porque também não tem assistência, nem do Estado e nem da Prefeitura. Essa relação entre Prefeitura e Estado, essa conversa, pode ter em algum outro lugar, mas pelo menos naquela região toda não existe. Tanto é que, quando foram procurar a Prefeitura, a Subprefeitura de Parelheiros: “nós não temos condições, nós não sabemos de nada”.

A Polícia Ambiental, Militar, vem junto, a pedido do Ministério Público, chega, derruba e nem comunica a Subprefeitura, nem a GCM participa junto. Então é essa a orientação e a informação que os moradores têm e a gente tem essas informações. Então isso é generalizado.

Primeira pergunta que eu queria saber do senhor é o seguinte: existem pessoas suficientes para cuidar disso? Nem, não existe. Teve concurso público para ter um quadro de funcionários, de profissionais para cuidar disso, no estado de São Paulo, dentro da Secretaria da Segurança Pública, Secretaria Ambiental? Eu acho que não tem. Talvez o problema esteja aí.

E algumas perguntas que eu vou fazer aqui, que são muitas, o senhor não vai ter, mas pode depois mandar por escrito para a gente, a gente manda essas perguntas para o senhor. Foram identificados casos de disposição irregular de resíduos perigosos em aterros sanitários? Exemplo do Césio 137 de Goiânia, em 1987, vocês têm casos desse?

Existem organizações, aquilo que eu já falei aqui, existem organizações criminosas atuando no descarte irregular de resíduos sólidos no Estado de São Paulo? A Polícia Militar Ambiental possui núcleo específico de inteligência para monitoramento de crimes relacionados aos resíduos sólidos?

Hoje tem o Smart Sampa, né, e parece que está dando certo. Não poderia ter essas câmeras localizadas nas regiões? Tem algum caso desse que já foi detectado, que já foi percebido e foi feita alguma coisa? Existem investigações envolvendo organizações criminosas que atuam no setor de transporte e destinação de resíduos sólidos?

Há registro de resíduos provenientes de outros estados sendo descartados irregularmente em São Paulo? Pouco tempo atrás, nós soubemos que outros países mandavam via navios. Então a gente quer saber se os estados, por exemplo, nas divisas. Quantas ocorrências de contaminação de corpos hídricos relacionadas a lixões ou aos aterros foram registradas até hoje? Tem esses dados? Tem esses levantamentos? Tem esse banco de dados?

Quais bacias hidrográficas apresentam a maior incidência desses tipos de ocorrências? Imagino que a bacia hidrográfica da Guarapiranga deve ser uma das principais, porque é extensa, assim como a da Billings. Há monitoramento específico de áreas de recarga de aquíferos? Quantas fiscalizações ocorreram em áreas de mananciais?

Tem outras perguntas aqui, mas eu não vou me estender, depois eu posso encaminhar todos esses pedidos aqui, são muitas, né, não dá para ocupar o tempo aqui nesse período. Mas a gente sabe muito bem da preocupação que existe hoje...

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSD - Deputado Enio...

O SR. ENIO TATTO - PT - E a preocupação...

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSD - Só para, só para... Eu falei com a secretária, se você mandar por e-mail, a gente envia por e-mail para...

O SR. ENIO TATTO - PT - Faço isso.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSD - Para o coronel e aí ele já responde para a gente imediatamente. Pois não, desculpa.

O SR. ENIO TATTO - PT - A preocupação é tão grande, deputado Carlão Pignatari, é importante essa CPI, porque a questão do lixo é problema em todos os lugares, inclusive de desvio de verba, de muitas CPIs que já ocorreram, porque num município o lixo é um dos orçamentos maiores que tem. Eu estava conversando com o pessoal de Ubatuba. Ubatuba, lá no litoral norte, divisa com Parati, Rio de Janeiro, eles pegam os resíduos, lixo de lá, todo dia a gente só vê caminhão subindo a serra para descartar em Tremembé. Você fica imaginando o custo disso para o município. E isso a gente ouve em diversos locais. Você pega Juquitiba, São Lourenço, também é um lugar distante. Isso aumenta o custo e aumenta a despesa, as taxas, que é um problema sério em todos os municípios.

Então é um assunto muito importante, e parabéns por essa CPI que foi sugerida por Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI - PSD - Obrigado, deputado Enio. Coronel, nós vamos... falei com a Mariana, que é nossa secretária, então nós vamos enviar para o senhor, por e-mail, e o que estiver dentro do escopo da polícia ambiental o senhor responde. Se não, quem é o órgão que possa nos dar a resposta, que a gente também possa enviar para questionar.

O SR. ENIO TATTO - PT - Só essa questão de profissionais, de estrutura da Polícia Ambiental, acho que é importante, Vossa Excelência eu tenho certeza que tem esses dados de cabeça, né. Obviamente que está faltando, sempre falta, né. Mas, qual a situação hoje do estado de São Paulo?

O SR. LEANDRO CARLOS NAVARRO - Hoje a Polícia Militar Ambiental possui um quadro de 1.700 homens e mulheres que atuam nos 645 municípios do nosso estado. Eles são responsáveis por cerca de 80 mil ações e operações policiais, intervenções diretas, por ano. Dessas, cerca de 15 mil geram autos de infração nas mais variadas áreas de atuação, desmatamento, pesca irregular, comércio irregular de madeira, que vem da Amazônia, e a gente faz aqui a fiscalização desse comércio, desse transporte irregular. Questões relativas a apoio às ações de defesa civil, a questão de

policiamento rural, ou seja, apoio ao agronegócio sustentável, e temos várias operações com relação a defensivos agrícolas irregulares, ilegais, que entram aqui no nosso País e a gente faz esse combate também, com inteligência policial, assim como também essa questão de ocupações irregulares tem a questão de inteligência policial.

E friso novamente. A Polícia Militar Ambiental é uma instituição legalista, a gente faz o que a lei determina, nada mais além. Quando a gente se depara com uma habitação que tem uma família, a gente não atua. Eu respondo pela Polícia Militar Ambiental. A questão da prefeitura, aí a prefeitura ela tem que ser questionada a respeito disso, mesmo com uma ação que seja planejada, que tem inteligência, se no momento tiver alguém habitado, a nossa tropa não atua. Não atua. Então são feitas ações...

O SR. ENIO TATTO - PT - Só pela oportunidade. Verifique o que aconteceu na sexta-feira.

O SR. LEANDRO CARLOS NAVARRO - Eu respondo, deputado, pela Polícia Militar Ambiental, eu não respondo pelo município.

O SR. ENIO TATTO - PT - Não, não. Pela Polícia Militar Ambiental, a vossa polícia, que esteve lá e aconteceu tudo isso.

O SR. LEANDRO CARLOS NAVARRO - É que nós temos a GCM ambiental. Nós temos vários órgãos que atuam também.

O SR. ENIO TATTO - PT - Polícia Militar Ambiental. Muito pelo contrário. A subprefeitura e a GCM tiraram o corpo fora, porque disseram que não tinham controle sobre essa ação que vem do Ministério Público, obviamente, né.

O SR. PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI - PSD - É, o MP pede para o Judiciário. O Judiciário que determina ou não. Aí é obrigada a polícia a ir. Que não tem como não.

O SR. ENIO TATTO - PT - Desculpa debater, mas é que o coronel obviamente está falando que dentro da legalidade jamais derruba uma casa que tenha alguém com

móveis lá dentro. E ocorreu isso lá. Nós não estamos falando do ano passado, de seis meses, estamos falando de sexta-feira. Sexta-feira agora.

O SR. LEANDRO CARLOS NAVARRO - Mas estamos à disposição, deputado, para dar todos esclarecimentos. E, assim, é uma questão complexa, todas as questões ligadas ao meio ambiente são questões complexas, e a gente tem muito focado e direcionado as nossas ações em todas as áreas relativas a meio ambiente com relação a entrega de resultado. São Paulo tem uma marca histórica de 29% de redução de desmatamento este ano. Isso é fruto de muito trabalho, é fruto de muita dedicação, principalmente dos nossos policiais que estão na ponta da linha.

Então se a gente tem problemas, é lógico que a gente não pode colocar panos quentes em cima disso, mas a gente tem um enfrentamento muito técnico, dentro da legalidade, e com bastante inteligência para a gente realmente atacar o foco dos problemas. Tráfico de animais, madeira que entra ilegalmente, ocupações em áreas de manancial, e a gente sabe realmente que tem o crime organizado por trás disso. Quando a gente faz esse controle de ocupações, a gente está fazendo, na verdade, Segurança Pública primária, evitando que o crime ocupe aquele território, que o crime organizado ocupe aquele território. Então a gente entrega valor também na questão de Segurança Pública. E nós estamos falando de Segurança Pública ambiental, segurança alimentar, com relação ao agronegócio, segurança hídrica, resiliência climática, então nós estamos engajados em todos esses projetos e programas de Estado para poder entregar resultado em todas essas áreas.

Mas eu estou à disposição para o senhor conhecer a Polícia Militar Ambiental, o que a gente faz, o que a gente está dedicado, e responder todos esses questionamentos e ajudar realmente a gente a ter uma sociedade mais justa, mais equilibrada e territórios organizados. Ter territórios organizados é fundamental para a gente ter a gestão de comando e controle na questão ambiental, na questão social, enfim, e a gente identificar realmente esses problemas.

O SR. PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI - PSD - Obrigado, coronel. Deputado Thiago Auricchio, não? Deputado Thiago Auricchio.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Obrigado, presidente. Quero cumprimentar o coronel Carlos Navarro, agradecer também a presença de Vossa

Excelência. Eu tenho rápidas perguntas, perguntas tranquilas, depois até teria outras perguntas, mas vou fazer assim como o deputado Enio, te envio depois por e-mail para não se alongar tanto. O senhor teria no momento, informações de quais regiões do estado apresentam uma maior incidência de descarte irregular de resíduos e formações de lixões clandestinos.

O SR. LEANDRO CARLOS NAVARRO - Deputado, por questão até de competência legal, a gente não faz esse monitoramento com relação à destinação de resíduos. Isso é tudo feito e está isso - volto a frisar de novo - no Inventário Anual de Resíduos Sólidos da Cetesb. Essa informação com certeza está lá.

Mas, é claro, quando a gente tem mais produção de resíduo, aí a região metropolitana, pelo adensamento urbano, é uma região que realmente sofre maior pressão em todos os aspectos ambientais. Essa questão do resíduo também, eu tenho essa percepção de que também é uma região que tem muito problema com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSD - Obrigado. Deputado Marcolino.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Só mais uma...

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSD - Pois não, deputado Thiago Auricchio. Desculpe.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - É rapidinho. Tem alguma sugestão que o coronel pode nos dar aqui referente à legislação estadual, que a gente possa melhorar, inibir esse descarte irregular de resíduos e a formação desses lixões clandestinos? Apenas como sugestão, coronel.

O SR. LEANDRO CARLOS NAVARRO - Sim, nós temos aqui vários decretos, inclusive, ordenamentos e normativas internas do estado, temos câmaras que tratam especificamente de resíduos sólidos, comissões, enfim, mas eu enxergo aqui, pela experiência prática, na ponta da linha... Eu fui tenente-capitão na Polícia Militar Ambiental também, e trabalhei também no policiamento territorial: a questão do

controle do transporte do resíduo, da coleta até a destinação, ele é um ponto que merece bastante atenção.

Então, se a gente melhorar, por exemplo - e aí é uma sugestão, realmente -, um monitoramento das empresas que efetuam, que são cadastradas pela prefeitura e efetuam esse transporte, melhoraria bastante; uma telemetria para a gente saber realmente qual foi o itinerário ali que aquele caminhão, que aquele caçambeiro utilizou, isso melhoraria bastante na gestão desse transporte, que é onde eu vejo que tem algum desvio aí com relação aos descartes irregulares. Mas é só uma sugestão pela experiência prática.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSD - Encerrou, deputado Thiago?

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Encerrei.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSD - Deputado Delegado Olim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Bom dia, Sr. Presidente, bom dia aos nobres colegas deputados. Eu tenho só uma pergunta para o senhor, coronel Navarro. Obrigado pela sua presença. A legislação atualmente vigente fornece instrumentos suficientes para a fiscalização dos aterros sanitários e lixões, ou existem lacunas normativas que justificariam a criação de novas leis estaduais para fortalecer? No que a gente poderia ajudar mais a atuação da Polícia Militar Ambiental?

O SR. LEANDRO CARLOS NAVARRO - Deputado, eu creio, assim, que o arcabouço legal já está colocado e é bem suficiente. Temos inclusive a lei do ICMS ambiental. Então, tem inclusive as questões relativas ao município, de incentivo para que ele faça a adesão a isso e implemente questões relativas a proteção e segurança na questão ambiental. Então, acredito que eu não tenha nenhuma sugestão assim. Acredito que tudo o que tem hoje...

É claro, o difícil é colocar isso para rodar, porque são 645 municípios, com problemas orçamentários, problemas logísticos, enfim. Acho que é mais a questão de gestão, realmente, com relação a todos estarem implementados nisso. A gente tem o

programa "Integra Resíduos" também, que hoje a gente tem 344 municípios que já estão integrados.

Então, a coisa está caminhando, mas é uma questão complexa e histórica, que vai demandar ainda tempo para ser realmente toda solucionada. Mas acredito que estamos no caminho certo e as coisas estão acontecendo.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Obrigado, comandante. Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSD - Obrigado, deputado Olim. Deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Só para aproveitar a oportunidade: eu coordeno aqui na Assembleia uma Frente Parlamentar em Defesa da Pesca Artesanal e Aquicultura no Estado de São Paulo. Nesses três anos e meio de trabalho, a gente já conseguiu conversar com a Secretaria do Meio Ambiente, já conversamos com a Secretaria de Agricultura e da Pesca, temos contato com o pessoal do Instituto da Pesca, já conversamos com o pessoal da Marinha, já conversamos com o Ministério da Pesca, e estamos há três anos e meio tentando um diálogo com a Polícia Ambiental, com as colônias de pescadores do estado de São Paulo. A gente não tem conseguido. São três anos e meio de tentativas.

Então queria aproveitar a oportunidade para pedir a V. Exa. que pudesse, depois, marcar uma reunião da Polícia Ambiental com as colônias de pescadores, a partir da Frente Parlamentar da Pesca e da Aquicultura. Vários convites foram feitos, vários (Inaudível.) foram feitos ao longo de três anos e meio e a Polícia Ambiental participou de uma única reunião pontual em uma das regiões em que a gente acabou atuando.

Então, a gente queria fazer uma conversa depois com a Polícia Ambiental, junto com os pescadores do estado de São Paulo, para garantir de fato o cumprimento da lei. O problema é que muitas vezes algumas ações são feitas na pesca, no estado de São Paulo, que, na nossa avaliação, não cumprem a legislação que hoje está vigente. Então, a ideia é fazer um diálogo entre os pescadores do estado de São Paulo e a Polícia Ambiental. Aproveitar a oportunidade para a gente poder fazer a construção desse diálogo.

O SR. LEANDRO CARLOS NAVARRO - Deputado, excelente. Estamos à disposição. A gente já mantém um diálogo com vários setores, quebrando paradigmas também. A intenção é dialogar, construir juntos, para a gente ter efetividade, porque quando a gente combate uma pesca irregular, na verdade a gente está protegendo o regular. Isso é segurança alimentar na veia. Então, estamos à disposição e esse assunto está na pauta. Estamos à disposição realmente para marcar e a gente poder conversar.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSD - Mais algum questionamento, alguma pergunta? Não? Bom, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *